

o militante socialista

Publicação Mensal

EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DE ABRIL!



PRR
“TRANSIÇÃO ENERGÉTICA”
“DESCARBONIZAÇÃO”
(REFINARIA DA GALP
EM MATOSINHOS
CENTRAIS
TERMO-ELÉCTRICAS
DE SINES E DO PEGO)



MILHARES DE
POSTOS DE
TRABALHO
DESTRUÍDOS

VER PAG. 2



NOVO ANO LECTIVO: AS
“VELHAS” REIVINDICAÇÕES
DOS PROFESSORES **PAG. 5**

PREÇO ASTRONÓMICO
DA ENERGIA
ELÉCTRICA **PAG. 7**

SITUAÇÃO EM MACAU
NO CENTENÁRIO
DO PCC **PAG. 10**

A GALP É UMA EMPRESA COTADA EM BOLSA...

Para ela o que é determinante é a realização de lucro e sua distribuição pelos seus accionistas.

A Galp, em conjunto com a EDP, integra o grupo das empresas que mais têm sido valorizadas à custa da especulação com os preços da energia, com todas as consequências que isso acarreta, tanto para o poder aquisitivo das populações, como para o aumento dos custos de produção das outras empresas.

No período 2008-2019, o Grupo Galp teve 4198 milhões de euros (M€) de lucros líquidos e distribuiu aos accionistas 3227 M€.

Em 2020, distribuiu pelos accionistas 600 M€ e despediu 80 trabalhadores. Em Dezembro desse ano, anunciou ao Mercado de Valores Imobiliários o encerramento da sua Refinaria de Matosinhos. Em Abril de 2021, concretizou esse anúncio, destruindo o emprego directo de 400 trabalhadores e indirecto de outros mil funcionários de pequenas empresas que viviam da relação com a Refinaria. Ao mesmo tempo, anunciou um lucro de 166 M€, no primeiro semestre deste ano. E, no dia 22 de Setembro, foi a empresa mais valorizada (4%) na Bolsa de Valores de Lisboa.

A SITUAÇÃO NA TAP



Em nome do interesse estratégico da “manutenção da TAP”, Governo e direcções sindicais convenceram os trabalhadores a aceitar a suspensão dos seus direitos contratuais, uma redução de 25% de entre eles e cortes nos salários. Tudo isto para cumprir um “Plano de reestruturação” que os trabalhadores não

conhecem, um “Plano” que vai aguardando – sistematicamente – a aprovação de Bruxelas, ao mesmo tempo que se anunciam cortes nos lugares cativos da TAP nos aeroportos de Lisboa e do Porto, bem como nas suas rotas. E novos despedimentos colectivos foram comunicados aos trabalhadores...

ORGANIZAÇÕES DOS ENFERMEIROS FAZEM ULTIMATO CONJUNTO AO GOVERNO

Pedro Costa – presidente do Sindicato dos Enfermeiros (SE), uma das sete estruturas representativas da classe de enfermagem que, a 21/9, estiveram no Ministério da Saúde, em Lisboa, para entregar o documento que reúne um compromisso comum reivindicativo – declarou: “Os enfermeiros sentem-se desvalorizados. Ou seja, somos valorizados institucionalmente, reconhecidos pelo Parlamento e louvados por várias entidades, mas, depois, a valorização salarial continua por fazer e o risco e penosidade da profissão continuam sem serem reconhecidos. E a nós não

nos chega palmadinhas nas costas, queremos valorização; e que o risco e penosidade da profissão sejam reconhecidos.”

Recordando que “*mais de 10 mil enfermeiros foram infectados pelo covid-19, o que é um número substancial de pessoas, onde é que isso está reflectido no risco da profissão?*”, Pedro Costa acrescentou: “*A sr.ª ministra esquece-se que representamos a maior classe da área da saúde, que os enfermeiros são, neste momento, o pilar da campanha de vacinação contra a covid-19, que continua, que não ser o pilar da vacinação contra a gripe e de outros cuidados diários. Se pararmos*

alguns sectores, nomeadamente o cirúrgico ou o da vacinação, como é que vai ser?”

Segundo o DN de 22/9, ao fim de ano e meio de pandemia, a classe de enfermagem, representada pelas sete suas estruturas, volta a exigir mudanças, estando disposta a sair à rua, à semelhança do que já fez noutras alturas, para conseguir que “o Governo acabe por ceder às reivindicações da classe”, refere Pedro Costa, acrescentando: “*Demos dez dias à ministra para obtermos uma resposta; se esta não chegar neste prazo, estamos dispostos a usar todos os meios de luta ao nosso alcance.”*

MINISTRO PRECONIZA DESQUALIFICAÇÃO DOS MÉDICOS ESPECIALISTAS EM MEDICINA GERAL E FAMILIAR

Numa entrevista ao jornal DN, de 2 de Setembro, Manuel Heitor – o ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – declarou: “*A questão é que, para formar um médico de família experiente, não é preciso, se calhar, ter o mesmo nível, a mesma duração de formação, que um especialista em oncologia ou um especialista em doenças mentais. E, por isso, insisto que o alargamento da base de formação na saúde – quer médica, quer de técnicos de saúde, quer de enfermagem – deve ser feito em articulação com a diversificação da oferta.”*

No mês em que foi inaugurada a licenciatura em Medicina na Universidade Católica – a que o Erário público abriu a porta pelo seu

desinvestimento no Ensino dos futuros profissionais da Saúde e onde cada aluno terá que pagar anualmente mais de 17 mil euros de propinas –

estas declarações do ministro apontam para a completa desregulamentação curricular e desqualificação profissional dos médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar. De facto, como foi denunciado (a 4 de Setembro) pelo Fórum Médico (conjunto de sindicatos e associações existentes no sector da Saúde), os critérios do ministro – criando médicos de “primeira” e de “segunda” – são contrários aos que devem nortear um Serviço Nacional de Saúde, público, universal e de qualidade.



Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pela POUS

o militante socialista

Proprietário: Carmelinda Pereira
NIF: 149281919**Editor:** POUS - Política
Operária de Unidade Socialista
NIPC: 504211269**Sede:** Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOAIsenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)**Director:** Joaquim Pagarete**Comissão de redacção:**
Aires Rodrigues
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete**Diagramação:** João Gomes**Impressão:** Imaginação Impressa
Rua Braancamp, 15A
1250-049 Lisboa**Edição:** 100 Exemplares

A nossa história:

O jornal “O Militante Socialista” nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho.

Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros “Militantes Socialistas”, a associação Política Operária de Unidade Socialista – na continuidade do POUS – impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de “O Militante Socialista” identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

Editorial

A resposta à “crise política” passa pela concentração dos trabalhadores diante da Assembleia da República

Por trás de todos os comentários e apreciações vindos dos diferentes quadrantes políticos, a propósito dos resultados das eleições autárquicas e das suas consequências, estão os dois elementos determinantes da situação política e social: de um lado, a ofensiva – cada vez mais acentuada – da classe dominante contra os direitos, as condições de vida e de trabalho conquistados sobretudo com a Revolução de Abril; e, do outro lado, a resistência e as mobilizações a essa ofensiva por parte das populações e das classes trabalhadoras.

Nessas eleições – no quadro de uma campanha eleitoral mais nacional do que local – foram feitas milhentas promessas e apresentados planos sofisticados (com base na “Bazuca europeia”) para resolver os problemas das populações e dos trabalhadores. Mas quem é que acreditou nessas promessas e nesses planos? Quantos ficaram alheios a essa campanha?

Os resultados eleitorais são esclarecedores: a segunda maior taxa de abstenção de sempre (só superada pela das Autárquicas de 2013) e os partidos – que até mergulham as suas raízes na luta das classes trabalhadoras e se reclamam da defesa do 25 de Abril, continuando a ser uma maioria na Assembleia da República e no Poder local – sofreram revezes políticos significativos (1). Tais resultados só podem ser interpretados como uma expressão do descontentamento e da desilusão de muitos cidadãos relativamente à política desses partidos.

No entanto, António Costa – desvalorizando os revezes eleitorais do PS (nomeadamente na capital do país, em Coimbra, Funchal, Portalegre e na Marinha Grande) – tira outra conclusão, frisando que “o país quer a continuidade da sua política”.

E, ao mesmo tempo, deixa a pergunta: “Quem pode querer uma crise política nesta situação?” – claramente direccionada para os dirigentes do PCP e do BE, com quem tem estado a negociar a sua proposta de OE para 2022. Um aviso que recebeu de imediato a voz concordante do Presidente da República. Mas não existe já uma crise política? Ela decorre da crise económica e social em que o país está mergulhado e que não pára de se aprofundar. Sim, é imperioso abrir o caminho que interrompa o aprofundamento da crise em que vivemos.



As condições existem para o fazer, pois as classes trabalhadoras e a população em geral têm a capacidade para mudar o rumo dos acontecimentos. Quando estão a ser discutidos e negociados os entendimentos para a viabilização do Orçamento do Estado para 2022, não é altura de as organizações sindicais apelarem os trabalhadores que representam a concentrar-se diante da Assembleia da República?

Sim, é altura dos trabalhadores da CP se concentrarem na Assembleia da República para exigir um Orçamento que respeite as necessidades desta empresa estratégica, onde esteja incluída a actualização dos seus salários.

É altura dos trabalhadores da TAP os acompanharem, com base na palavra de ordem “Reestruturar para desenvolver e ampliar e não para despedir”.

É altura de os professores exigirem que as verbas para a Escola Pública não podem continuar abaixo da média dos países da Europa.

É todos juntos – os que votámos e os que não votámos nas Autárquicas (trabalhadores de todos os sectores: da TAP, da Galp, da Banca, do Ensino, da CP, dos CTT, da Altice, ...; os aposentados e os jovens) – que, concentrados diante da Assembleia da República, conseguiremos impor a aprovação de um Orçamento do Estado em que estejam consignadas as formas e estratégias para responder aos problemas fundamentais do povo e do nosso país.

É deste modo que poderá ser começada a superar a crise social e política que estamos a viver.

(1) Aprofundaremos a análise dos resultados das eleições autárquicas num texto posterior.

PODER LOCAL

O que está em cima da mesa para o próximo mandato

Com a aplicação obrigatória do pacote legislativo da chamada “Descentralização”, em 2022, os defensores dos interesses do capital arregaçam as mangas, prontos a participar no festim dos negócios privados à sombra do Estado.

Todo este processo apressado, impositivo e mal explicado aos autarcas é de uma enorme opacidade. Manter, sem uma beliscadura, o espartilho da Lei das Finanças Locais e sem uma prévia reforma de uma Administração Pública pesada e burocrática, ousar chamar a este pacote “Lei-Quadro da Descentralização”, é ofender a inteligência de qualquer autarca, tornando-o refém de uma política que vai pôr em causa a execução de projectos estruturantes para o seu concelho. Lembremo-nos que esta descentralização inclui 18 áreas de intervenção em domínios fundamentais e que é imposta às Autarquias em condições inaceitáveis:

- sem verbas claras e definidas para fazer face às novas e inúmeras responsabilidades que lhes vão caber;
- sem recursos humanos e técnicos suficientes e capacitados;
- sem experiência das novas funções e tarefas;
- sem autonomia política para decidir o essencial, ou sequer planificar;
- sempre sob a palavra de ordem de reduzir custos, a qualquer preço.

O histórico do que têm sido as delegações de competências do Governo central para as Autarquias na área da Educação, salda-se num enorme aumento da precariedade de emprego para o pessoal não docente. Estes trabalhadores (sobretudo



mulheres) são admitidos através de empresas de trabalho temporário, sem qualquer vínculo contratual, pagos a menos de 5€ à hora e podem ser dispensados a qualquer momento. Não são seleccionados, formados ou avaliados pelas escolas. Tudo isso compete às Câmaras Municipais, sempre sob a imposição da redução de custos com pessoal.

Agora multipliquemos isto por 18 áreas, como, por exemplo, a Saúde, a Protecção Social, ou as Infraestruturas.

Se faltam médicos, enfermeiros e equipamentos nos Centros de Saúde, se se recusa aos professores a contagem do tempo de serviço, se as escolas do 2º ciclo se debatem com evidentes faltas de meios, como se pode pensar em transferir competências nessas áreas?

Muitos destes problemas que estão por resolver vão ser, habilmente, despejados nesse quarto escuro da descentralização, com a promessa de conferir mais poder às Autarquias. Os presidentes de Câmara vão começar por esbarrar na resistência passiva ou activa dos seus funcionários, que não vêem os salários aumentados há mais de uma década.

Confrontados com a incapacidade de poderem gerir todas as novas tarefas, não lhes restará outra opção senão a de subcon-

tratarem a privados uma boa parte delas. Privados que gerem em função do lucro e não em função do bem-estar das populações e do interesse público. Autarquias do interior, com menos recursos financeiros, não poderão proporcionar o mesmo nível de serviços que as mais providas financeiramente. Agrava-se a desigualdade e comprometem-se conquistas tão essenciais da Revolução de Abril, como a universalidade no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, aos apoios sociais e a qualidade da Escola Pública. Agora, juntemos a este cenário o tão apregoado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no que se aplica ao Poder Local. Para a Habitação as verbas são consideráveis, mas já se verificaram insuficientes no âmbito do principal programa nesta área. Para os 73 municípios que já têm as suas estratégias locais de habitação (ELH) em execução e que se candidataram, as necessidades contemplam 28.113 famílias, ultrapassando as 26.000 previstas no programa. Neste momento ainda estão em elaboração mais 180 ELH de outros tantos municípios, com uma estimativa total de 46.000. Uma bela dor de cabeça para o ministro da Habitação e para os Autarcas que reclamam da falta de resposta e do excesso de burocracia.

Na área da mobilidade, os transportes urbanos são transferidos para as Autarquias, com elevadas responsabilidades no programa de descarbonização dos transportes públicos.

Todos sabemos que os transportes urbanos, pela indispensável componente social que abarcam, são, inevitavelmente, deficitários. Caberá, portanto, aos municípios que não têm um serviço de transportes urbanos

e que são a maioria, criar, gerir e subsidiar esse serviço.

Na área social, transcrevemos as palavras do Primeiro-ministro aquando da apresentação do PRR: “As Autarquias serão os pivots das ações integradas para intervir em comunidades particularmente desfavorecidas e nas novas áreas e equipamentos de resposta social, em articulação com as Misericórdias, mutualidades e IPSS. Parceiros fundamentais com quem vamos desenvolver as redes de cuidados continuados integrados e de cuidados paliativos”.

Chama-se a isto desfragmentar a Segurança Social (SS) e a Saúde, entregando-as em pacotes ao chamado Terceiro Sector.

Um sector muito pouco escrutinado, com uma economia nem sempre transparente e onde existe também muita precariedade de emprego.

Um excelente meio para que o Estado reduza custos fixos com pessoal e estruturas e transfira para o Poder Local o ónus do desinvestimento na qualidade dos serviços públicos.

Desenganem-se os crédulos que julgam que o país foi, milagrosamente, bafejado com a árvore das patacas, generosamente oferecida pelas instituições da União Europeia, como faz crer Costa nos comícios do PS.

O que está em cima da mesa para os próximos 4 anos é uma forma encapotada de maior austeridade e mais precariedade laboral. É a desestruturação e a continuação do desinvestimento no SNS, na SS, na Escola Pública, na Cultura. É colocar em risco a segurança e a qualidade de vida das populações, hipotecando a própria autonomia do Poder Local. ■

Maria João Gomes
Deputada Municipal na
A.M. da Marinha Grande

PROFESSORES

O Governo pede-lhes para fazerem mais com os mesmos meios

O ministro da Educação não tem poupado as palavras, para apregoar que este ano a Escola Pública está equipada com mais recursos, de modo a dar uma resposta mais completa ao 1,2 milhões de alunos que acabam de iniciar o novo ano lectivo. Uma resposta permitindo que os alunos possam recuperar das lacunas existentes nos conhecimentos e competências resultantes do confinamento. Em simultâneo, fala num investimento feito no Ensino público, nos últimos anos, de 900 milhões de euros.

No entanto, os directores das escolas e os dirigentes sindicais mostram outra realidade.

“Este será um enorme desafio para as escolas, porque vamos ter de fazer mais com os mesmos recursos”, disse à Lusa o vice-presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), David Sousa. Pelo seu lado, os dirigentes da maioria dos sindicatos dos docentes, entre os quais os da FENPROF, revelam à imprensa indicadores que falam por si:

- O Orçamento para a Educação é de apenas 3,9% do PIB e deveria ser de 6% (segundo a OCDE), referindo que em 2002 tinha atingido o valor de 5%.
- Para este ano lectivo foram contratados menos 710 professores do que no ano passado.
- As principais carências verificam-se nas disciplinas de Informática, Geografia, Filosofia, Física e Química, Biologia e Geologia, e História.
- Nos últimos anos abandonaram o Ensino cerca de 10 mil docentes profissionalizados, por não se conformarem com a degradação da profissão.
- Há desigualdade na resposta aos alunos (por exemplo, há apenas um psicólogo para 1100 alunos, quando deveria ser 1



para 500, e faltam professores de língua gestual).

- Os assistentes operacionais são colocados de forma precária, muitos deles através de empresas de trabalho temporário.

“Não há investimento na Educação, não há investimento nos professores, não há criação de melhores condições de trabalho”, defendeu o Secretário-geral da FENPROF, no dia 17 de Setembro, em conferência de imprensa, acrescentando que, em relação à situação dos professores, nada mudou em termos de vinculação, de reconhecimento de todo o tempo de serviço (para a progressão na carreira ou a aposentação), de horários de trabalho ou de gestão das escolas.

SUBORDINAÇÃO DA ESCOLA À LÓGICA EMPRESARIA

Se os meios não aumentaram, se a situação dos professores e educadores não se alterou, por maiores que sejam as inovações “pedagógicas”, engalanadas no discurso das “competências” – como se estas não dependessem da construção do conhecimento – que “revolução no Ensino” quer pintar o Ministério da Educação?

A revolução das diferenciações curriculares, com os chamados currículos alternativos para aqueles que a Escola existente não tem resposta?

Uma revolução na Escola Pública, entregando aquilo que deveria ser da responsabilidade de gestão democrática o poder

das autarquias, através de projectos financiados pelas instituições internacionais?

São muitos aqueles que, quer a nível nacional quer internacional, afirmam e mostram como é urgente construir uma Escola com respostas que exigem ambientes propiciadores das aprendizagens, ligando as artes e as actividades manuais a um trabalho pedagógico que ajude as crianças – desde o início da sua vida escolar – a descobrir, a organizar, a estruturar, a comunicar, numa palavra a construir o seu conhecimento. Esta resposta coloca, como exigência central, uma enorme capacidade criativa das equipas pedagógicas, a qual não pode coadunar-se com as condições de pressão brutal a que estão sujeitos os professores e educadores. Dos horários de trabalho à ausência de uma liberdade para gerir o seu trabalho, no quadro de uma gestão antidemocrática das escolas.

A contra-revolução – que, em Portugal, tomou a Escola por dentro, frustrando e esgotando o seu corpo docente – não pára de se aprofundar.

Ao contrário do que se passa na Finlândia, como diz a Conselheira da Agência Nacional de Educação da Finlândia, Rita Palmqvist, ao falar das razões do sucesso dos alunos desse país: “Na Finlândia damos uma grande atenção a todos os alunos, de modo que todos possam evoluir nas suas aprendizagens, no quadro de um mesmo currículo. E os professores são

respeitados e valorizados, pois eles são o coração da Escola.”

Destruindo os professores, é a qualificação dos filhos da população trabalhadora que está posta em causa. Trata-se de um problema político, cuja solução é da responsabilidade de todo o movimento sindical e de todas as forças políticas que se reclamam da Escola saída da Revolução de Abril.

Os professores não podem ser responsabilizados por não terem conseguido, até agora, inverter esta situação. Eles já foram muito longe, com as suas mobilizações, ao ponto de colocarem vários governos a dizerem “ou nós, ou os professores!”.

Nessas alturas, as decisões políticas têm escapado das mãos dos professores, ficando nas mãos de quem os representa sindicalmente, incluindo as Centrais sindicais. A maioria dos professores não está conformada. A maioria reflecte sobre a forma de ultrapassar a situação existente no Ensino e na sua própria profissão. E já concluíram que não se trata de fazer greves e manifestações “sem amanhã”, mesmo se apesar de tudo – por imperativo de consciência – as fazem.

Nada mais urgente do que constituir grupos de reflexão sobre toda esta problemática, impulsores de um trabalho de construção e moralização nas escolas e nas organizações sindicais a que estejam ligados.

Eles não partem do vazio. Partem da experiência e da História. Pela nossa parte, os passos firmes só podem decorrer do caminho aberto com a Revolução de Abril, em termos de reconstrução da Escola Pública.

**Carmelinda Pereira
Paula Santos
Membros da Direcção
do SPGL**

A quem serve o Acordo de Formação profissional?

O Governo assinou, a 28/7/2021, com as Associações patronais e a UGT, um «Acordo de Formação Profissional e Qualificação» que a CGTP não subscreveu.

Logo no seu considerando b), o Acordo, assinado entre o Governo e os “Parceiros sociais”, fixa como prioridade a “aprendizagem ao longo da vida” (pag. 1).

António Costa, a fechar a cerimónia de assinatura do Acordo, afirmava:

“O tempo em que estávamos x anos da nossa vida a estudar, depois o resto da vida a trabalhar e depois, finalmente, tínhamos direito a algum descanso, essa compartimentação acabou. Vamos ter de estudar ao longo de toda a vida...”

O que se esconde debaixo desta linguagem codificada?

A “aprendizagem ao longo da vida” corresponde a uma modificação profunda nas relações entre a Escola e a Empresa e nas formas de efectuar a formação profissional: uma renovação constante da formação, ao longo da vida profissional, em que as empresas querem participar, em concorrência com a Escola.

Para os empresários não se trata de habilitar um jovem a exercer uma profissão — isso é demorado e dispendioso. Trata-se de preparar o formando para ocupar um posto de trabalho de que uma empresa necessite num dado momento — uma formação “ad-hoc”, expedita e de curta duração, por forma a reduzir os custos da “mão-de-obra” e o tempo de formação profissional. É um regresso da aprendizagem ao local de trabalho.

A MORTE ANUNCIADA DOS DIPLOMAS NACIONAIS

“Percurso formativo... de curta ou média duração, certificáveis autonomamente.” (pg 7), reforço do “papel do Passaporte

Qualifica” (1), “certificação parcial de percursos... de longa duração” (pg 15), “programas formativos” flexíveis nos conteúdos e na duração, superficiais e fragmentados, em detrimento de um diploma único e oficial (reconhecido nacionalmente). Eis o que o Acordo preconiza. Esta proliferação de certificados “ad-hoc” (2), tantos quantas as entidades emissoras (empresas, Centros de formação,...), além de propiciar a arbitrariedade das avaliações profissionais e dos níveis salariais atribuídos, conduziria à morte dos diplomas oficiais com validade nacional. Seria um regresso ao Séc. XIX.

DESQUALIFICAR O TRABALHO E DEBILITAR AS CONVENÇÕES COLECTIVAS

O Acordo assume, como um dos seus principais objectivos: «Garantir uma revisão profunda e transversal do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)» (pg 7), entenda-se, reduzir as categorias profissionais constantes dos Contratos Colectivos, desqualificar os trabalhadores, fomentar a polivalência (“pau para toda a obra”), para gáudio do patronato.

Nesta pretendida «revisão» das qualificações temos: de um lado, a defesa das qualificações e dos direitos plasmados nas Convenções Colectivas; do outro lado a sua «revisão profunda» tendo em vista a redução do valor da força de trabalho. O desfecho desta contenda dependerá da relação de forças entre o capital e o trabalho.

5,5 MIL MILHÕES: “MIGALHAS” PARA OS TRABALHADORES, UM

“MANÁ” PARA OS PATRÕES

Entre “o PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] e o Portugal 2030 [temos 5,5 mil milhões de euros] exclusivamente dedicados às qualifica-

ções e competências”. É uma “oportunidade única”, afirmou Costa na cerimónia de assinatura do dito Acordo.

As virtudes atribuídas (3) à formação profissional não são partilhadas pelos autarcas das regiões onde, a pretexto da “transição energética”, importantes unidades industriais (4) foram encerradas e milhares de trabalhadores despedidos. Ao invés, eles temem que, tal como no passado, a “formação profissional” não passe de um paliativo, servindo apenas para “entreter” os trabalhadores:

«O que mais nos assusta é estarmos a falar de 150 postos de trabalho directos e indirectos, e não querermos que... se ande a dar formação às pessoas para as entreter, para que daqui a dois ou três anos não tenham onde trabalhar», declarou ao Público (24/8/2021), o Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Manuel Jorge Valamatos, a propósito do encerramento da Central do Pego.

Entretanto, o mesmo jornal de 29/8/2021, citando a Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da Petrolgal (5), noticiava que o encerramento da Refinaria de Matosinhos fora a “moeda de troca” que o Governo deu a Bruxelas, para aceder a Fundos para o hidrogénio, negócio de milhões em que os accionistas da GALP seriam os grandes beneficiários. O País fica sem uma Refinaria, milhares de trabalhadores perdem o emprego, enquanto os accionistas da GALP metem ao bolso milhões de euros. Afinal, a “oportunidade de única” é para quem?

A “CONCERTAÇÃO SOCIAL” E OS SINDICATOS

As metas do Acordo são claras: esvaziamento das convenções colectivas, desvalorização e desqualificação da força de trabalho. Ciente das dificuldades,

o Governo procura envolver as Centrais sindicais. É esse o sentido das palavras de Costa na sua intervenção final da cerimónia de assinatura do Acordo: “Não é possível cumprir [as metas do Acordo] se isso não assentar num profundo diálogo social, ao nível da empresa, ao nível do sector de actividade e da Contratação Colectiva e ao nível da Concertação Social.” A UGT assinou o Acordo. A CGTP não o assinou. As diferenças existem. Isso não nos impede de constatar que, tanto a UGT como a CGTP, não têm considerado útil mobilizar e unir os trabalhadores num mesmo combate, contra as medidas e ataques aos seus direitos e conquistas, o que os tem impedido de vencer. ■

HGC

(1) “O Passaporte Qualifica é um instrumento electrónico de registo das qualificações e competências adquiridas ao longo da vida do adulto e de orientação para percursos de aprendizagem.” (site da Agência Nac. de Qualificação e Ensino Profissional - ANQEP)

(2) Enquanto um Diploma nacional é reconhecido por todas as empresas nacionais (tem uma validade nacional), aqueles Certificados (e as competências neles atestadas) não são, por regra, reconhecidas fora da empresa ou região que o emitiu, com os danos que essa limitação acarreta para o trabalhador

(3) Para o Acordo, a formação profissional é um instrumento susceptível de preservar o emprego na transição para uma nova era da produção de energia.

(4) Como é o caso das centrais a carvão do Pego e de Sines ou da refinaria de Matosinhos.

(5) “Há um negócio com o Governo, em torno do acesso aos Fundos comunitários, em que a Refinaria do Porto [Matosinhos] aparece como moeda de troca... para a... produção de hidrogénio.” (Comunicado da CCT, 30/8/2021).

Aumento astronómico do preço da energia eléctrica

O PSI-20 (1) TEM CADA VEZ MAIS ENERGIA

Quase metade do valor da Bolsa nacional já diz respeito a empresas do sector da energia, e já há nova aquisição. EDP Renováveis, EDP, Galp Energia e REN somam mais de 40% da composição deste índice e, confirmou a Euronext no passado dia, a elas se juntará a Greenvolt (o braço de energias renováveis da Altri), tornando-se assim o sector da energia grandemente hegemónico em termos de PSI-20.

O sector da energia – que, como é sabido, está nas mãos do capital financeiro internacional – é uma verdadeira pechincha. Que o digam, por exemplo, os utentes da energia eléctrica em Portugal, e não só...

PREÇO DA ELECTRICIDADE ATINGE SUCESSIVOS MÁXIMOS HISTÓRICOS

O preço por MgKW/hora, no passado dia 13 de Agosto, foi de 117,29 euros, no mercado ibérico de eletricidade (Mibel). A 13 de Agosto de há um ano, era de 36 euros. E, a 13 de Setembro, acabou de atingir um novo máximo de 152 euros (mais do quádruplo!). Segundo os nossos camaradas do POSI (2): “Não há razões objectivas para explicar este aumento. Ele não só representa uma agressão contra os mais necessitados, mas é também um obstáculo para a indústria em Espanha (e também em Portugal). (...) No seguimento do Conselho Europeu de 23 e 24 de Março de 2000 – designado por Conselho Europeu de Lisboa – (...) em Espanha, a empresa estatal Endesa (que, em tempos, teve mais de 40% do mercado) foi privatizada pelos governos de Felipe González e de Aznar. (...) Com a privatização, foi feito um negócio ruinoso – para os cidadãos, é claro. Não só se tornou um



O Governo diz que tem “almofadas” para evitar a subida do preço da factura da luz, mas ela já aumentou 3% em Julho e irá aumentar outros 3% em Outubro, no mercado regulado.

desastre, em termos de serviço, como a conta da electricidade se tornou cada vez mais cara e os lucros multi-milionários foram para as multinacionais. A UE disse que queria acabar com o monopólio dos Estados, e isso levou ao oligopólio de seis empresas para todos os países da UE. E porque tudo o que eles fazem é marcado pelo caos, dá-se o caso de empresas públicas de outros países – em que o Estado é o proprietário maioritário ou mesmo o único proprietário – participarem no bolo da privatização de empresas públicas de outros Estados (como é o caso da empresa estatal italiana, a Enel, que é actualmente proprietária de 70% da Endesa). (...) Sob pretexto de salvar o planeta, os governos dos países-membros da UE não hesitam em destruir empresas e aumentar o preço da electricidade. Estes países, os mais ricos, criaram um princípio que é o de não poluir. É aquilo a que eles chamam o “poluidor-pagador”, fixado na Cimeira ‘ecológica’ de Quioto. E, desta forma, fazem funcionar um mercado de emissões, um mercado

especulativo, que permite às empresas continuarem a operar, pagando uma taxa que torna cada vez mais difícil a sua sobrevivência.

(...) Quando sublinhavam que, se o sector da energia fosse privatizado, teríamos energia mais barata e melhor serviço, eles enganaram-nos conscientemente. A única coisa que eles conseguiram foi, com a desculpa de parar com o monopólio estatal, criar um oligopólio europeu onde 6 empresas levam a maior parte do bolo e, se as coisas continuarem assim, esse oligopólio aumentará o seu peso todos os anos.

No caso de Espanha, três grandes empresas de electricidade (a Endesa, a Iberdrola e a Naturgy) ganharam, de acordo com o jornal digital Público, de 25 de Julho de 2021, 25.977 milhões de euros, num período de cinco anos (...).

Para pôr fim ao roubo no preço da electricidade é necessário entrar em confronto com a UE, nacionalizando o sector da electricidade e colocando todos os recursos energéticos ao serviço da maioria do povo. Nacionalizar a geração, distribuição e comerciali-

zação de algo que é tão importante para a vida das pessoas e para a indústria.”

E, ENTRETANTO, O TEJO TEM UM CAUDAL MÍNIMO

Nomeadamente, as barragens espanholas estão a utilizar a água do Rio Tejo para a produção de electricidade, aproveitando o facto do preço da luz estar a atingir níveis históricos. A retenção de água é tal que se pode passar a pé da margem norte do Tejo para o Castelo de Almourol...

Segundo a Agência Lusa (de 24/8/2021), isso “é denunciado pelos presidentes das Câmaras de Abrantes, Mação, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão que defendem um caudal mínimo diário no rio Tejo, como forma de salvaguardar os ecossistemas”.

Por outro lado, o movimento proTEJO exigiu, recentemente, que o Governo recuse a distribuição do caudal mínimo semanal para o rio Tejo, acordado com as autoridades espanholas, considerando que se está a “atirar água para os olhos dos portugueses”.

“A proTEJO defende caudais ecológicos no rio Tejo e exige que o Ministério do Ambiente não aceite os falsos caudais diários que apenas satisfazem os interesses das hidroeléctricas espanholas”, referiu, numa nota, o movimento ambientalista. ■

(1) O PSI-20 (acrónimo de Portuguese Stock Index) é o índice que agrega as 20 maiores empresas cotadas na Euronext Lisboa. É o principal índice de referência do mercado de capitais português. É composto pelas acções das vinte maiores empresas cotadas na Bolsa de valores de Lisboa e reflecte a evolução dos preços dessas acções, que são as de maior liquidez entre as negociadas no mercado português.

(2) Lido na Carta semanal nº 848, de 16 de Agosto de 2021, do POSI (Partido Operário Socialista Internacionalista), que é a Secção espanhola da 4ª Internacional.

PALESTINA

Após a evasão de seis prisioneiros políticos palestinianos

Reproduzimos excertos de um artigo publicado no sítio Web Meadle East Eye (Observatório do Médio-Oriente), a 13 de Setembro, que nos foi enviado pelo seu autor, Amir Makhoul (1).

Militante e escritor palestiniano a viver dentro do Estado israelita, Amir Makhoul foi director da Ittijah, uma Associação palestiniana do interior que luta pela defesa dos direitos dos Palestínianos. Ele esteve detido por Israel durante dez anos.



Amir Makhoul, militante e escritor palestiniano

Com a notícia da fuga da prisão de Gilboa de seis Palestínianos, na semana passada, o moral do povo palestiniano reforçou-se. No meio do desespero da vida sob ocupação, a luz emergiu através de um túnel feito no solo (2), trazendo a mensagem de que, o que outrora parecia impossível, podia ser possível.

Surgiram símbolos populares, incluindo um buraco de túnel, o número seis e uma colher (referindo-se à ferramenta simples utilizada para cavar o túnel). Os Palestínianos sentiram a responsabilidade colectiva de proteger os seis homens – quatro dos quais foram, desde então, capturados pelas forças israelitas – e de honrar o seu sacrifício. As instituições políticas, de segurança e de comunicação social israelitas consideraram o evento como um fracasso estratégico, pondo em causa o poder dissuasivo de Israel sobre o povo palestiniano e sobre toda a região em geral. De facto, a fuga – que tinha sido planeada há vários meses – mostrou uma falha total do Sistema prisional, nomeadamente das autoridades penitenciárias, do Shin Bet (os Serviços secretos israelitas) e da Polícia (...).

No que diz respeito aos prisioneiros políticos palesti-

nianos, há um amplo consenso – político, emocional e social – na sociedade palestiniana. Os prisioneiros representam um grande segmento da sociedade palestiniana, e os Palestínianos sabem que eles sacrificaram as suas vidas pela Palestina e pela libertação da ocupação israelita. Como tal, a responsabilidade da sua libertação incumbe a todo o povo palestiniano.

Difícilmente existe uma família palestiniana na qual um filho, uma filha, um parente ou um vizinho não tenha sido preso. Quase todos os tipos de comportamento individual ou colectivo são considerados pelo colonizador como uma infracção que exige prisão, de acordo com as suas leis. Por exemplo, a actividade política estudantil na Universidade de Birzeit é considerada como “terrorismo”, enquanto os Palestínianos de Ramallah não estão autorizados a visitar Jerusalém.

Desde 1967, cerca de um milhão de Palestínianos foram presos pelas forças “da ordem” israelitas. Para o povo palestiniano, nenhum foi preso e encarcerado por ter cometido um crime, mas sim por ter contribuído para a procura da liberdade e da libertação nacional.

Mas aqueles que estão fisicamente encarcerados são apenas um aspecto do Regime israelita colonizador e opressor.

De facto, há famílias inteiras – mães, pais, irmãs, irmãos filhas e filhos – encarcerados no mesmo Estado-prisão. As suas vidas estão centradas no ritmo da ocupação, paralelamente à vida dos seus parentes cativos. Eles planeiam as suas



Na semana passada, na Palestina, numa manifestação de apoio aos prisioneiros evadidos

vidas em função das visitas às prisões e das dificuldades que as acompanham, e enfrentam uma profunda ansiedade, especialmente quando ouvem notícias de campanhas de repressão sobre os prisioneiros, de greves da fome ou de prisioneiros que caem doentes. Quantas mães palestinianas são capazes de dormir, pensando que os seus filhos encarcerados estão a ser oprimidos? (...)

Os seis fugitivos conheciam os perigos que enfrentavam, mas correram o risco de exprimirem a voz da verdade e da justiça palestinianas. Isto é em si uma grande vitória – uma voz palestiniana a exortar o mundo a cumprir o seu dever e terminar com o projecto de ocupação e colonização da Palestina, como condição para uma solução permanente e justa.

Quando há centenas de Palestínianos a definharem nas prisões, com negociações de troca de prisioneiros – criando por vezes esperanças, para a seguir os destruir – é evidente que as prisões da ocupação não garantem os direitos humanos básicos. Estes

direitos foram obtidos através de acções colectivas, e os prisioneiros pagaram um preço elevado através de punições, torturas e repressão.

Hoje, os prisioneiros palestinianos resistem ao desespero com um pequeno vislumbre de esperança. O povo palestiniano e os militantes da solidariedade internacional irão apoiá-los, criando esperança para a sua causa, mesmo que estejam encarcerados. Os seis prisioneiros não se limitaram apenas a evadir-se de uma prisão de alta segurança, eles abriram também um caminho mais amplo para a liberdade. ■

(1) Transcrito do semanário francês “*Informations Ouvrières*” – Informações operárias – nº 672, de 15 de Setembro de 2021, do Partido Operário Independente de França.

(2) Durante mais de cinco meses, estes seis prisioneiros cavaram um túnel com simples colheres desde as suas instalações sanitárias até ao exterior da prisão. Em manifestações de apoio, a pequena colher que consegue romper as barreiras mais fortes é sustentada com orgulho em todo o lado.

MIGRAÇÕES

Quais são as causas? Quem é responsável?

Artigo da autoria de Jacques Diriclet, publicado no semanário francês “Informations Ouvrières” – Informações operárias – nº 672, de 15 de Setembro de 2021, do Partido Operário Independente de França (POI).

Ano após ano, os números oficiais publicados pela ONU e suas agências estão a aumentar.

De acordo com os números oficiais do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), o número de pessoas que fogem das guerras, das perseguições e dos abusos atingiu um recorde de 82,4 milhões, mais de 1% da população mundial! Este número duplicou em dez anos. Em nome da pandemia, os governos confinaram quatro mil milhões de pessoas, quase uma centena de países fecharam as suas fronteiras, fecharam a economia, reduzindo dezenas de milhões de pessoas à pobreza, desemprego e fome... Em uníssono, os governos dos países dependentes copiaram as medidas ditadas pelos países imperialistas, deixando além disso desenvolver-se todo o tipo de epidemias. E as guerras têm continuado a alastrar, como se pode ver na Etiópia, por exemplo.

Quase 7 milhões de pessoas fugiram da Síria, 2,6 milhões do Afeganistão e o mesmo número do Sudão do Sul (que tem estado num caos desde a sua criação, por instigação do imperialismo norte-americano). Quatro milhões fugiram da Venezuela, submetida



Um bote pneumático em risco de se afundar no Mediterrâneo, com dezenas de migrantes. Em segundo plano, o «Aquarius» da ONG francesa «SOS Méditerranée».

ao bloqueio dos EUA e dos seus aliados. E há 6 milhões de Palestinos proibidos de regressar ao seu país. Em todo o Sahel (1), com a intervenção da força “Barkhane”, mais de um milhão e meio de pessoas já fugiram das suas aldeias.

O número de pessoas designadas como “migrantes internacionais” pela ONU atingiu 281 milhões (este número triplicou em 50 anos).

Quer venham da Europa de Leste para trabalhar em matadouros na Alemanha, da Ásia Central para trabalhar nos campos na Rússia, da África Ocidental ou da Síria para chegar à Europa, da Índia para serem tratados como quasi-escravos na Arábia Saudita ou nos Emirados do Golfo Pérsico – a grande maioria foge da miséria e do desespero. No Senegal, os jovens que tentam a sua sorte

em pirogas para chegar às Ilhas Canárias, a 1.500 km de distância, porque se recusam a morrer lentamente, dizem: “Barça ou barakh” (“Barcelona ou morte”).

CENTENAS DE MILHÕES DE SERES HUMANOS INÚTEIS?

Os migrantes são tratados de forma cada vez mais violenta e bárbara pelos governos das potências imperialistas. Desde o século XIX, o capital tem utilizado os migrantes como uma componente do “exército industrial de reserva”, tendo havido na fase imperialista do capitalismo um aumento considerável da imigração de trabalhadores das colónias ou ex-colónias. Isto ainda era verdade após a Segunda Guerra Mundial.

Mas hoje, a situação mudou completamente. A crise do sistema capitalista aprofundou-se.

Por um lado, o mercado mundial é demasiado pequeno para o capital, e a luta pelos mercados, pelo controlo dos recursos e pela dominação do mundo, está a redobrar e a assumir um carácter cada vez mais destrutivo. Por outro lado, há consequentemente superabundância de “trabalhadores supranumerários” a quem o capital não oferece qualquer perspectiva.

Três números podem ilustrar isto: de acordo com a OIT, dois mil milhões de pessoas sobrevivem na economia informal (mais de 60% da população activa mundial), e 114 milhões de empregos foram perdidos em 2020. Nos EUA, a taxa de participação da população activa no mercado de trabalho não pára de diminuir. Quase cem milhões de pessoas estão excluídas do mercado de trabalho.

E, em nome da “transição ecológica”, milhões e milhões de empregos deverão ser destruídos. Para o capital, centenas de milhões de homens e de mulheres são, portanto, “inúteis”.

Mas, face à barbárie, existe resistência, e as explosões que tiveram lugar desde 2019 – nomeadamente no Médio-Oriente, na América Latina, em África e na Ásia – provam-no! ■

EUA: “NÓS DEPORTAMOS FAMÍLIAS E ADULTOS ILEGAIS”

No discurso da sua investidura, Biden anunciou simbolicamente a suspensão da construção do muro na fronteira com o México, com 3.000 km de comprimento, de que Trump tinha feito um projecto emblemático.

Mas suspensão não significa desmantelamento. Sucessivos presidentes, de Clinton a Obama, construíram 1.000 km desse muro, e eles ainda lá estão.

E dezenas de milhares de pessoas estão a

fugir do caos e da miséria na Guatemala, Honduras e El Salvador, países onde os gangues e os governos desrespeitam todos os direitos. Elas estão bloqueadas pelo Governo mexicano de Obrador, que está a implementar o acordo feito com Trump e mantido por Biden. Os EUA são também o país que encerra em jaulas as crianças migrantes, separadas das suas famílias. O Secretário para a Segurança Interna de Biden disse, a 21 de Março: “Não, a fron-

teira não é aberta. Estamos a deportar famílias e adultos ilegais.” Quanto aos refugiados, o número de admissões previsto por Biden é 15 mil para 2021, o mesmo número previsto por Trump. Até Julho, apenas 6 mil tinha a sua situação de facto regularizada.

(1) O Sahel é o conjunto dos países que ocupam uma faixa (de 500 a 700 km de largura, em média, e de 5400 km de comprimento) no Norte de África.

No ano do centenário do Partido Comunista Chinês

Comemora-se este ano o centésimo aniversário do Partido Comunista Chinês (PCC), fundado em 1921 na cidade de Xangai.

Pela primeira vez na história de Macau, o seu Governo procurou envolver a sociedade local – embora apenas como espectadora, é certo – nas comemorações de um aniversário deste partido, do qual até agora os governantes da Região administrativa especial procuravam mostrar-se dissociados.

Esta mudança vem dar execução, no plano propagandístico, à decisão tomada pela Assembleia Popular Nacional, em Março deste ano, de “reforçar a aplicação da Constituição” chinesa nas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau. Esta Constituição declara, desde a sua revisão efectuada em 2018, que “a liderança do Partido Comunista Chinês constitui o traço mais essencial do socialismo com características chinesas”. Ora, é precisamente este ponto da Constituição que concentra o objectivo da mencionada decisão: Xi Jinping e os seus comparsas consideram que a

sobrevivência do Regime político por eles encabeçado exige a eliminação das duas excepções até agora existentes ao domínio aberto, directo e total do PCC. Estas duas excepções eram os regimes oligárquico-liberais de Hong Kong e de Macau, onde, não obstante a preeminência política da classe capitalista, era possível às pessoas em geral exercerem direitos civis (nomeadamente, as liberdades de expressão, reunião, manifestação e associação) e em cujos interstícios democráticos era possível aos residentes permanentes o exercício de alguns direitos políticos (em especial, o direito de elegerem uma parte dos deputados à Assembleia Legislativa, em Macau, e uma parte dos deputados ao Conselho Legislativo e aos Conselhos distritais, em Hong Kong, bem como o direito de se candidatarem a esses cargos electivos).

O ATAQUE ÀS LIBERDADES EM MACAU

Assim, no ano do seu centenário, o PCC “presenteou” a população de Macau – a chamada “Las Vegas do Oriente” – com a liquidação quase total das

liberdades de reunião, manifestação e imprensa, bem como do pluralismo político nas eleições para a Assembleia Legislativa. Os primeiros alvos foram as liberdades de reunião e de manifestação, que já vinham a ser coarctadas desde Agosto e Setembro de 2019, quando foram sucessivamente proibidas quatro manifestações destinadas a protestar contra a violência policial em Hong Kong. Ao longo de 2020, foram sendo proibidas todas as reuniões e manifestações, com a alegação de risco de propagação da Covid-19, mesmo quando não havia quaisquer casos activos na Região. No corrente ano, ficou claro que a intenção do Governo é abolir, na prática, aqueles direitos. O primeiro passo foi a reinterpretação da lei que os regula – uma lei datada de 1993 – no sentido de excluir do seu âmbito pessoal de protecção (1) todos os “não residentes”, incluindo os chamados “trabalhadores não residentes” – trabalhadores que vivem e trabalham legalmente em Macau, mas com um estatuto especial, altamente discriminatório, de imigrantes temporários, que não cessa automaticamente pelo decurso do tempo e que se pode manter, portanto, por toda uma vida. Esta reinterpretação surgiu, primeiro, para proibir manifestações de repúdio pelo golpe de Estado na Birmânia, que trabalhadores oriundos desse país tentaram convocar, e, mais tarde, para proibir manifestações de índole laboral que trabalhadores nepaleses e filipinos desejavam convocar para o 1.º de Maio. Note-se que este entendimento, digno de um regime de apartheid, implica denegar as liberdades de reunião e manifestação a cerca de 200 mil pessoas, num território com 682 500 habitantes: cerca de 175 mil trabalhado-

res “não residentes” e mais de 20 mil estudantes oriundos do exterior, além dos familiares dos trabalhadores “não residentes” excepcionalmente autorizados a permanecer em Macau. Aqueles 175 mil trabalhadores “não residentes” incluem, nomeadamente, 50 mil empregados da hotelaria e restauração, 40 mil operários da construção civil e 25 mil empregados domésticos. No caso destes últimos, é praticamente uma classe profissional inteira (e integralmente feminina, ou quase) que fica privada das liberdades de reunião e manifestação.

O segundo passo para a liquidação destes direitos consistiu em imputar objectivos ilegais a qualquer reunião ou manifestação que pudesse vir a servir de palco para defender a mudança do Regime político de Macau ou da China, ou para criticar, em termos considerados desrespeitosos, os órgãos de soberania da China ou o PCC (incluindo as suas acções e declarações dos seus dirigentes). Segundo a nova “doutrina” exposta pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e secundada pelo Secretário para a Segurança, a expressão pública de tais posições traduzir-se-ia na prática de três tipos de crime previstos no Código Penal, em vigor desde 1996: publicidade e calúnia, ofensa a pessoa colectiva que exerça autoridade pública e alteração violenta do Sistema estabelecido. Esta caricatura de argumentação jurídica foi inaugurada, em finais de Maio, em resposta a uma comunicação prévia para realização da vigília anual do 4 de Junho, destinada a assinalar mais um aniversário do massacre de Tian’anmen, perpetrado pelo Exército chinês no dia 4 de Junho de 1989. A própria utilização da palavra “massacre”, aliás, foi mencionada como exemplo para demonstrar a finalidade ofensiva

Ficha de assinatura do Militante Socialista

Nome e apelido _____ NIF _____

Morada _____ Código Postal _____

Cidade _____ Distrito _____

País _____

Endereço de e-mail _____ Telefone _____

Data de subscrição ou renovação _____ Nº inicial _____ Nº final _____

Forma de entrega Por e-mail (pdf) Em mão Por carta

Forma de pagamento Em mão Depósito bancário

Depósito na conta da POUS na CGD: IBAN nº PT50003506970064308823079

Em mão 6 números (5 euros) Por carta 6 números (8 euros)

12 números (10 euros) 10 números (12 euros)

Por e-mail (pdf) 10 números (5 euros)

Enviar para: Redacção e Administração do Militante Socialista (por carta ou por e-mail)
R. Santo António da Glória, 52 B, c/v C, 1250 - 217 Lisboa ou por E-mail: pous4@sapo.pt



Entrada do Hotel-Casino Grande Imperador, em Macau.

e caluniosa da vigília (2). A PSP proibiu, assim, a sua realização e, em sede de recurso contencioso interposto pelos seus promotores, o Tribunal de Última Instância (TUI) confirmou a sua decisão e sufragou a respectiva fundamentação, embora, curiosamente, o tenha feito de um modo genérico e bastante superficial, sem analisar os seus pormenores, decerto para não ter que expor os erros grosseiros nela contidos (ou para não ter que os legitimar, degradando assim ainda mais a sua própria imagem).

O segundo alvo da fúria liberticida do PCC em Macau foi a liberdade de imprensa. O golpe decisivo foi desferido no dia 10 de Março, quando a Comissão Executiva da TDM (Estação pública de rádio e televisão) comunicou – aos respectivos jornalistas de língua portuguesa e inglesa – que, doravante, não mais poderiam transmitir informações ou opiniões críticas ao Governo central. Os jornalistas de língua chinesa já vinham a seguir essa prática. Ao longo dos dias seguintes, 10 jornalistas portugueses, 5 da televisão e 5 da rádio, demitiram-se. Posteriormente, algumas “ousadas” de jornalistas que ali permaneceram foram “corrigidas” através de pequenos cortes, de alguns minutos, nas respectivas emissões. O terceiro dos alvos acima men-

cionados foi o pluralismo político nas eleições para a Assembleia Legislativa. Foi abatido em Julho, pela mão da Comissão dos Assuntos Eleitorais para a Assembleia Legislativa (CAEAL), que declarou inelegíveis, por alegada “infidelidade” a Macau e à sua Lei Básica, todos os candidatos das 3 listas enquadradas no movimento pró-democracia (incluindo Ng Kuoc Cheong, deputado desde 1991), bem como os dois primeiros candidatos da lista Novos Jogos de Macau (incluindo Cloee Chao, Presidente da Associação de Direitos dos Trabalhadores do Jogo). Saliente-se, a propósito desta última lista, que ela vinha dar expressão eleitoral a um processo de emancipação política dos trabalhadores do sector do jogo em relação aos patrões chineses do mesmo sector, porquanto, tradicionalmente, aqueles apoiavam as listas eleitorais encabeçadas por estes patrões, no quadro do corporativismo “patriótico” preconizado pelo PCC. A exclusão de Cloee Chao ilustra bem o medo que o PCC tem da luta de classes e o ódio visceral a tudo o que represente organização proletária independente. Em termos mais gerais, a “infidelidade” imputada a estes candidatos teve por base diversas afirmações e actividades suas, passadas, que – de algum modo – exprimiam crítica ou discordância

em relação ao PCC: a condenação do massacre de Tian’anmen, o apoio aos protestos em Hong Kong contra a Lei da Extradicação e a Lei de Defesa da Segurança Nacional (2), a reivindicação da eleição do Chefe do Executivo de Macau por sufrágio universal directo, etc.. Da referida decisão da CAEAL – cujo principal fundamento normativo residiu numa funesta alteração à lei eleitoral, efectuada em 2016, infelizmente nunca contestada nas ruas – foi interposto recurso contencioso para o TUI, o qual, como se esperava, a confirmou.

QUE FUTURO?

Neste centésimo aniversário do PCC, não se antevê qualquer modificação do sistema económico de Macau, assente na “monocultura” do jogo explorada por 6 empresas privadas, duas das quais constituídas por capital norte-americano (Wynn e Venetian). Nem tão-pouco se vislumbra qualquer melhoria da posição jurídica dos trabalhadores no quadro das relações laborais, ou sequer dos inquilinos no quadro das relações de arrendamento. Se há algo para que o princípio “um país, dois sistemas” serve, é seguramente para manter intacto o modo de produção capitalista em Macau e em Hong Kong. A auto-sacralização do PCC em Macau, tal

como no resto da China, não representa, pois, uma forma distorcida – porventura insana e mesmo histórica – de combater o capitalismo e o imperialismo, como condescendentemente poderia algum apoiante crítico do estalinismo afirmar, mas um meio de encurralar, intimidar, intoxicar e asfixiar as classes trabalhadoras. E isto... em benefício de quem? ■

António Katchi

(1) Designa o universo de pessoas juridicamente abrangidas pelo direito em questão.

(2) O PCC, quando se vê na necessidade de aludir ao massacre de Tian’anmen, chama-lhe “o incidente do 4 de Junho”; às manifestações que o antecederam dá a denominação de “agitação política dos finais dos anos 80”.

(3) A Lei da Extradicação foi proposta pelo Governo de Hong Kong em 2019 e depois retirada, com o beneplácito de Xi Jinping, em virtude da gigantesca e prolongada contestação popular que suscitou, ao longo desse ano, até à eclosão da pandemia (uma das primeiras manifestações chegou a reunir dois milhões de pessoas, segundo os organizadores, isto numa cidade com 7 milhões de habitantes!). A Lei de Defesa da Segurança Nacional, muito mais tentacular e agressiva, foi a resposta do PCC à guisa de “um passo atrás, dois passos à frente”; foi aprovada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e entrou em vigor a 1 de Julho de 2020.

AFEGANISTÃO

“O grande jogo” do enfrentamento

É nestes termos que, no seu romance *Kim*, Rudyard Kipling descreve as rivalidades, no Afeganistão, entre o Império Britânico e o Império Czarista russo do século XIX.

Este grande jogo é a guerra, a pilhagem contra os povos. Algumas comparações podem ser enganadoras, como as repetidas e repetidas, na Comunicação Social, sobre a fuga dos Norte-americanos do Vietname (em 1975) e os da evacuação do aeroporto de Cabul. Não se trata da mesma coisa. No Vietname, após décadas de luta pela libertação nacional, um povo ergueu-se, expulsando o imperialismo norte-americano do seu país, em ligação com a mobilização de milhões de cidadãos nos EUA sob a palavra de ordem “*Tragam os rapazes para casa!*”.

Mas já não estamos no século XIX, nem no século XX: agora, a situação mundial e a crise imperialista são de uma natureza diferente. No caso do Afeganistão, são os próprios dirigentes do imperialismo que decidiram deixar cair o Regime fantoche que tinham sustentado durante vinte anos.

Desde 2010 que os representantes do imperialismo norte-americano negociavam com os dirigentes talibãs, no Qatar, onde estava refugiado o gabinete político dos Talibãs.

Em Fevereiro de 2020, assinaram um Acordo que previa a retirada completa das tropas dos EUA, a 31 de Maio de 2021. Em troca, os Talibãs concordaram em não atacar as tropas norte-americanas. Alguns meses mais tarde, os EUA pediram aos Talibãs um adiamento para 31 de Agosto, o que eles aceitaram. Eles tinham feito a mesma coisa no Iraque, de onde partiram – depois de terem destruído o país – deixando o Iraque entregue aos gangues mafiosos. Como indica uma longa análise publicada pelo jornal francês *Le Monde* (de 24 de Abril), “*o desastre da retirada (dos EUA) do Afeganistão não se parece como uma tempestade num*



Desde que os Talibãs tomaram o controlo de Cabul, uma multidão juntou-se na pista do aeroporto, procurando fugir.

céu azul: ela poderá ter consequências mais pesadas do que o fiasco da invasão do Iraque em 2003, a sua série de trágicos erros e o caos em que se encontra têm mergulhado, há muito tempo, o Médio-Oriente”.

A queda de Cabul é uma expressão da crise de todo o Sistema de dominação imperialista global e do lugar do imperialismo norte-americano à escala mundial.

Forçados a unir todas as suas forças para se afrontar à concorrência a que estão sujeitos os seus monopólios no mercado mundial supersaturado, à rivalidade com a China e face a uma crescente resistência nos próprios EUA, os dirigentes do imperialismo norte-americano consideraram que não dispunham, nesta fase, dos meios para “estabilizar” a situação no Afeganistão. O artigo já acima mencionado do *Le Monde* salienta que Biden “*afirma deixar o Afeganistão para poder concentrar-se em questões mais estratégicas, principalmente a rivalidade com a China*”.

Com a retirada das tropas dos EUA do Afeganistão, surge à luz do dia a incapacidade do imperialismo mais poderoso do mundo em “estabilizar” o caos que provocou ao subjugar o povo afegão, como aliás todos os povos do mundo, face às exigências de sobrevivência do Sistema capitalista, que os condena a todos à miséria e às privações.

Neste sentido, a queda de Cabul marca o início de uma nova etapa,

a que encerra a iniciada em 1945 e que viu os velhos impérios fragmentar-se, uns após outros, sob a pressão combinada da resistência dos povos que eles oprimem e da classe operária dos seus próprios países. A decisão dos EUA, há cinquenta anos atrás (em 1971) – anunciando o fim da convertibilidade do dólar em ouro – perturbou todos os acordos mundiais (enquadrados pelos Acordos de Bretton Woods, assinados em 1944); e, por outro lado, a partir do momento em que o dólar se tornou a moeda de troca do mundo, os EUA concentraram em si próprios todas as contradições da economia capitalista. Em seguida, com a queda da URSS em 1991, o imperialismo norte-americano teve de concentrar em si todas as tarefas da contra-revolução. Os prazos estão a chegar ao fim. A palavra de ordem de Biden “*Os EUA estão de volta*” foi expressa, com brutalidade, na última Cimeira da NATO: aos pedidos europeus para prolongar a sua presença no estrangeiro, os representantes norte-americanos na NATO rejeitaram liminarmente estes pedidos, indicando assim a verdadeira natureza das relações entre a União Europeia e os EUA.

O governo de Macron foi advertido, porque o que se aplica ao imperialismo mais poderoso aplica-se também aos imperialismos de segunda categoria – como

é o caso do imperialismo francês, atolado na sua guerra no Sahel. É preciso insistir: a situação no Afeganistão não é mais do que uma expressão da crise generalizada do Sistema imperialista. Como o sublinha o jornal *Le Monde*, “*o fim do ciclo das intervenções pós-11 de Setembro não significa, necessariamente, o afastamento dos EUA dos assuntos mundiais*”. Em crise e em agonia, este Sistema pode e irá provocar novas desordens. A dominação imperialista provoca guerras, mortes, dezenas de milhões de migrantes, a fome que mata anualmente 9 milhões de pessoas, a destruição das conquistas da classe operária, e é também a razão pela qual, desde 2019, vêm acontecendo processos revolucionários no Magrebe, no Médio-Oriente, na América Latina e na Ásia, em simultâneo com importantes movimentos de luta de classes em diversos Estados europeus e nos EUA. ■

Artigo da autoria de Lucien Gauthier, publicado no semanário francês “*Informations Ouvrières*” – Informações operárias – nº 669, de 25 de Agosto de 2021, do Partido Operário Independente de França (POI). Ver o “*Dossier Afeganistão*” completo em <https://wordpress.com/media/documents/pous4.wordpress.com>